

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 19 DE JANEIRO DE 2023.

*Dispõe sobre a aprovação da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais a ser instituída no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais, e dá outras providências.*

WILLIAM FERNANDES MUSSI, presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA, no uso de suas atribuições legais e conforme aprovação da assembleia geral realizada no dia 18 de janeiro de 2023:

**CONSIDERANDO** a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei Federal nº 13.853, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

**CONSIDERANDO** a necessidade e importância de se elaborar uma política para aplicação aos tratamentos de dados pessoais realizados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais, nos termos da LGPD;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º.** Aprovar a “Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais”, cujo documento se encontra no Anexo I desta Resolução, a ser instituída no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB Zona da Mata.

**Artigo 2º.** Ficam revogadas as disposições contrárias.

**Artigo 3º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Viçosa-MG, 19 de janeiro de 2023.

WILLIAM FERNANDES MUSSI  
Presidente do CISAB Zona da Mata

## ANEXO I

### POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais foi instituída, no âmbito do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS** (“CISAB ZONA DA MATA” ou “CISAB”), inscrito no CNPJ sob o n. 10.331.797/0001-63, para estabelecer o compromisso com a proteção de dados e privacidade de todos os titulares os quais tem acesso, inclusive quanto ao seu site (<https://www.cisab.com.br/>).

Este documento estabelece diretrizes e procedimentos para o tratamento dos dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD” ou Lei Federal nº 13.709/18), com o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), Lei Geral do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99), Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e demais normas aplicáveis.

A presente política aplica-se a todos os tratamentos de dados pessoais realizados pelo CISAB ZONA DA MATA.

#### 1. CONCEITOS PRINCIPAIS PARA COMPREENDER ESTA POLÍTICA

Com o objetivo de fornecer informações claras e acessíveis aos titulares e terceiros, o CISAB registra abaixo a definição de determinadas expressões utilizadas neste instrumento:

1.1 Controlador: pode ser uma pessoa natural ou pessoa jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, ou seja, o controlador é responsável pelo tratamento dos dados.

1.2 Dado pessoal: é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, qualquer informação que permita identificar, direta ou indiretamente, um indivíduo. Exemplos: nome, RG, CPF, gênero, data e local de nascimento, número do telefone, endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail) etc.

1.3 Dado pessoal sensível: diz respeito aos dados que revelam informações pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, à saúde ou à vida sexual, à genética ou à biometria.

1.4 Encarregado: é a pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”).

1.5 LGPD: é a sigla usada para se referir à Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Federal nº 13.709/2018, que regulamenta tratamento de dados pessoais.

1.6 Operador: é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome e por ordem do controlador.

1.7 Titular: é o indivíduo, sempre pessoa física, identificado ou identificável a partir dos dados pessoais. É, portanto, aquele quem dizem respeito às informações objeto de tratamento e quem, dessa forma, possui os direitos regulados pela lei. Exemplos: candidatos que se inscreverem na seleção do CISAB, representantes ou servidores dos municípios consorciados, etc.

1.8 Tratamento: é qualquer operação que é feita com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. Exemplos: coletas de dados para inscrição em cursos, fornecimento de dados no currículo para inscrição na seleção, envio de dados para “Fala Conosco”, etc.

## 2. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO TRATAMENTO DE DADOS

As atividades de tratamento de dados pessoais realizadas pelo CISAB deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

2.1 Finalidade: finalidade legítima, específica e explícita, que deve ser informada ao titular. É vedado o tratamento posterior dos dados para outras finalidades e fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

2.2 Adequação: adequação do tratamento dos dados, que deve ser compatível com as finalidades informadas ao usuário;

2.3 Necessidade: necessidade do tratamento dos dados limitada aos objetivos para os quais serão processados, abrangendo somente os dados pertinentes, proporcionais e não excessivos, em relação à finalidade do tratamento dos dados para a qual foram coletados;

2.4 Livre acesso: a consulta sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais deve ser gratuita e facilitada aos titulares;

2.5 Qualidade dos dados: também é garantido aos titulares que seus dados sejam tratados e apresentados com exatidão, clareza, relevância, além de serem atualizados de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

2.6 Publicidade: observância da publicidade e transparência como regra geral, além de divulgação de informações de interesse público;

2.7 Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

2.8 Segurança e prevenção: garante a utilização de medidas técnicas e administrativas adequadas ao tratamento e proteção de dados pessoais quanto aos acessos não autorizados e a situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

2.9 Não discriminação: diz respeito à proibição do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

2.10 Responsabilização e prestação de contas: o agente deve demonstrar que tomou as providências necessárias e as medidas eficazes para o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

## 3. DOS TRATAMENTOS DE DADOS REALIZADOS

Os tipos de dados pessoais, as finalidades e as formas de coleta e uso destes variam conforme o contexto da relação com respectivo titular dos dados. Com base na transparência, informamos quais dados pessoais coletamos e por que o fazemos:

Classificação do Titular	Ambiente de Coleta	Tipo de Dado	Finalidades
Candidato	Fisicamente	Dados de identificação, Dados de formação acadêmica e profissional, Cópia da documentação comprobatória.	Realização de processos seletivos, conforme editais publicados.
Funcionário	Fisicamente	Dados de identificação, Cópia da documentação de identificação, Declaração de Obrigações Legais, Imagem e outros dados previstos expressamente no Edital ou Contrato.	Celebração do contrato de trabalho e verificação da aptidão de contratação com o Poder Público.
Fornecedor	E-mail Institucional e/ou pelos canais previstos em editais ou comunicados	Dados de identificação, Dados de Contato, Certidões Negativas de Débitos.	Cadastro de fornecedores, elaboração de ata de registro de preço, celebração de Contrato Administrativo.
Prepostos dos Municípios	E-mail Institucional	Dados de Identificação e vínculo com o Município.	Representação em Assembleias, Identificação nas atas das Assembleias e resposta às solicitações.
Requisitante	Ouvidoria (site), Canal de Contato (site), Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)	Dado de identificação, Dados de Contato, Dados contidos na requisição.	Identificação do requisitante (caso a solicitação não seja anônima), resposta e resolução da requisição.
Participantes de Cursos	Canal de Inscrição	Dado de identificação, Dados de Contato, Órgão, Município e Cargo vinculado.	Inscrição nos cursos, confirmação de presença e emissão de certificados.

Os dados e tratamentos apresentados acima não constituem rol taxativo, ou seja, poderão ser coletados outros dados e/ou tratamentos a depender das necessidades do CISAB, podendo estarem previstos em Editais, Contratos, Processos Administrativos, Formulários, Atos Administrativos e/ou outros canais previamente estabelecidos. O CISAB compromete-se a respeitar os princípios da transparência, finalidade e interesse público em todos os tratamentos de dados realizados.

Nos termos da LGPD e em consonância com a Lei de Acesso à Informação (LAI), o tratamento de dados pessoais realizado pelo CISAB atende a sua finalidade para com o interesse público ao executar competências legais no cumprimento de suas atribuições para a prestação dos serviços administrativos.

#### 4. TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

De acordo com a LGPD, o término do tratamento de dados pessoais pelo CISAB ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- fim do período de tratamento;
- comunicação do titular, quando for o caso, da revogação do consentimento, resguardado o interesse público; ou
- determinação pela autoridade nacional, quando houver violação à proteção de dados pessoais.

O CISAB realiza o tratamento de dados pessoais pelo tempo ao cumprimento da finalidade para os quais foram coletados, de acordo com sua base legal.

## 5. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O uso compartilhado de dados será realizado no cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, com organizações públicas ou privadas, de acordo com a finalidade admitida na legislação pertinente, resguardados os princípios de proteção de dados pessoais, podendo ocorrer nas seguintes hipóteses:

- a) quando os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições da LGPD;
- b) quando houver previsão legal ou a transferência de dados for respaldada por contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- c) quando a transferência de dados tiver como objetivo, exclusivamente, prevenir fraudes e irregularidades ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados.

## 6. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

O titular dos dados pessoais que faz uso do site do CISAB poderá, a qualquer tempo e por meio de requisição específica, obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais perante o CISAB, mediante requisição de:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- informação das entidades públicas e privadas com as quais o CISAB realizou uso compartilhado de dados;
- revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD;
- oposição ao tratamento de dados pessoais;

Conforme previsão do artigo 23, § 3º, da LGPD, o titular que tenha dados tratados pelo CISAB poderá exercer seu direito conforme base nos prazos e procedimentos dispostos em legislação específica, em especial as disposições constantes da Lei nº 9.507/97 (Lei do Habeas Data); da Lei nº 9.784/99 (Lei Geral do Processo Administrativo), e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso Informação).

O formulário para requisição do titular de dados pessoais tratados pelo CISAB está disponível em: [www.cisab.com.br](http://www.cisab.com.br).



## 7. BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA

Em conformidade com os princípios da LGPD e com as boas práticas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, o CISAB garante que os dados pessoais coletados via site são tratados de forma íntegra e segura, de acordo com padrões de segurança da informação, confidencialidade e integridade, pelo tempo necessário para realizar as finalidades para as quais foram coletados ou para cumprir com os requerimentos legais aplicáveis.

Os dados pessoais tratados pelo CISAB são considerados sigilosos e somente serão acessados por pessoas autorizadas e capacitadas a lhes conferir o tratamento próprio, conforme medidas de segurança adequadas para a proteção contra acesso não autorizado, alteração, divulgação ou destruição de dados pessoais coletados e armazenados.

## 8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais poderá ser alterada a qualquer tempo caso haja necessidade. Por isso, recomenda-se que seja consultada com regularidade e verificada a data de modificação.

Se, após a leitura desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, restar qualquer dúvida ao usuário, ou, por qualquer razão, ele precisar se comunicar com o CISAB para assuntos envolvendo seus dados pessoais, o contato poderá ser realizado pelos canais abaixo:

Encarregado (CPDP): Diego Fonseca Silva

Requisição do titular de dados pessoais: [www.cisab.com.br](http://www.cisab.com.br)

*Data de elaboração: 20 de agosto de 2022.*

*Data de aprovação: 18 de janeiro de 2023.*





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C9B4-5885-7F16-BC04

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WILLIAM FERNANDES MUSSI (CPF 236.XXX.XXX-72) em 20/01/2023 14:34:22 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/C9B4-5885-7F16-BC04>